

# Maílson e Abreu: cautela com o Real.

O presidente José Sarney e algumas de suas lideranças no Congresso reagiram ontem com certa simpatia diante do "Plano Real", de autoria do economista Francisco Lopes, que propõe o combate à inflação através da instituição de uma nova moeda, o Real, em substituição ao cruzado. Mas as reações de seus ministros da área econômica, Maílson da Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, foram de cautela.

Ao sair ontem cedo de uma audiência com Sarney, o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, disse que o presidente mostrou-se interessado em analisar o plano, que em princípio deverá ser apresentado em forma de projeto de lei ao Congresso no próximo dia 11, pelo economista e deputado federal Osmundo Rebouças (PMDB-CE). José Lourenço acrescentou que Sarney disse estar "muito preocupado" com as perspectivas de nova alta inflacionária em outubro e por isso acredita que o presidente está discutindo com seus assessores econômicos alternativas à política do "feijão com arroz" do ministro Maílson da Nóbrega, um defensor do combate gradual da inflação através da redução do déficit público.

— Antes das eleições devem sair medidas. O País inteiro está muito excitado — comentou o deputado.

Dizendo ser "um dos que vêm com simpatia" a idéia, José Lourenço afirmou que poderá marcar para a próxima semana uma reunião de vice-líderes do PFL para estudar o plano e discutir um eventual apoio do partido à iniciativa.

## Pelos jornais

A reação do ministro Maílson da Nóbrega, entretanto, foi de absoluta reserva. Ele mandou sua assessoria informar lacosamente que não fará qualquer pronunciamento sobre a idéia antes de examiná-la detalhadamente. Segundo seus assessores, o ministro tomou conhecimento do "Plano Real" pelos jornais do fim de semana.

Já o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, afirmou, em nota oficial, que o governo "em nenhum instante exa-

minou qualquer proposta de política econômica destinada a mudar a linha que traçou, e não recorrerá a nenhuma medida espetacular ou artificial". O governo, acrescenta a nota, continua firme na execução da política fiscal estabelecida no programa de ajustes para 1988/89, "sem recuos nem vacilações".

A nota, de certa forma enigmática, parece ser uma resposta indireta às afirmações feitas pela manhã pelo deputado Osmundo Rebouças, de que os ministros João Batista e Maílson iriam discutir nos próximos dias o plano de Chico Lopes. O deputado fez as afirmativas após reunir-se com o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que, ainda segundo suas palavras, considerou o plano "engenhoso", embora não conhecesse seus detalhes.

## Quem vai querer?

O plano "é uma boa idéia", foi a reação, ontem, no Rio, do ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Mas ele tem algumas dúvidas. Uma delas é a incompatibilidade do plano com a limitação de 12% imposta aos juros pela nova Constituição. Segundo ele, até a sociedade confiar no novo programa, as taxas de juros tenderão a subir, sem que o governo possa emitir — o que é muito limitado pelo plano — para estancar o aumento do custo do dinheiro.

Destacando que o ponto mais positivo da proposta é o controle da emissão da nova moeda — o Real —, o ex-ministro também não entende o porquê da existência do cruzado ao lado da nova moeda:

— Afinal, ninguém mais vai querer o antigo dinheiro — sentencia Simonsen.

Ainda em Brasília, o diretor da Dívida Pública do Banco Central, Juarez Soares, ocupando interinamente a presidência do BC, disse que nenhum argumento do plano de Chico Lopes o convence de sua eficácia no combate à inflação. Às vésperas da promulgação da nova Constituição, que vai tabelar os juros em 12%, o diretor do BC continua defendendo maior aperto na política monetária (com consequente elevação das taxas de juros) como única forma de bairar a inflação.



Maílson: sem comentários.



Abreu: "Sem recuos".